

CORREIO DO VALE

Divulgação/SMSF



Presidente do sindicato esclarece dúvidas de operários

Proposta de turno 12h não será para todos os setores da CSN

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense (Sindmetal), Odair Mariano, informou, nesta sexta-feira (18), que a proposta de turno de 12 horas, incluído na pauta da campanha salarial de 2026, não será aplicada para todas as áreas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O aviso foi comunicado quatro dias depois de a entidade cobrar por respostas da empresa. A data-base da categoria é 01 de maio, próxima sexta-feira. "A proposta atende apenas alguns setores específicos e surgiu a partir de um pedido dos próprios trabalhadores dessas áreas. Tudo foi debatido e aprovado em assembleia pelos trabalhadores que serão diretamente envolvidos com a mudança", afirmou o dirigente sindical.

Áreas de alta periculosidade estão fora

Segundo Odair, os setores de risco e alta periculosidade não possuem condições de serem incluídos na modalidade de turno conhecida como quatro por quatro. "Áreas, como do Alto Forno e Corrida Contínua, são de alta periculosidade que não tem condições do trabalhador ficar exposto a esse tipo de cenário 12 horas por dia. Mas áreas, como logística e fiscais, podem e desejam. Não é o sindicato ou a empresa que impôs isso", concluiu.

Divulgação/Jari Oliveira



Iniciativa presta contas e encaminha demandas

Deputado Jari em Rio Claro

Mais uma edição do projeto "Deputado na Sua Cidade", do deputado estadual Jari Oliveira, acontece em Rio Claro nesta segunda-feira (20). O parlamentar estará na Praça Fagundes Varela, no Centro, das 8h ao meio-dia, para conversar diretamente com a população. A iniciativa implanta uma estrutura montada em espaços públicos para aproximar o mandato da população. No local, a equipe realiza atendimento direto, recebe reivindicações e apresenta as ações desenvolvidas na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

Ponto de partida para novas ações

Segundo Jari, o projeto é uma ferramenta essencial para orientar a atuação parlamentar. "Cara a cara que conseguimos entender as prioridades reais da população. Nosso mandato nasce desse contato direto, transformando demandas em indicações, projetos de lei e cobranças ao Governo", afirmou. Além da escuta, o projeto também funciona como ponto de partida para ações do mandato.

POR ANA LUIZA ROSSI

Abastecimento

Em Rio Claro, uma das principais frentes de atuação tem sido o abastecimento de água. Como presidente da Comissão de Saneamento Ambiental da Alerj, Jari adotou medidas contra o aumento das tarifas, incluindo ações judiciais, representação no Ministério Público e denúncia ao Tribunal de Contas.

Rodovias estaduais

Outro tema recorrente é a situação das rodovias estaduais que cortam o município, localizado na região da Costa Verde. O parlamentar vem cobrando do Governo do Estado melhorias nas RJs 155, 149 e 139, com foco em manutenção, recuperação e mais segurança para motoristas que utilizam os trechos.

Indicação

Entusiastas da corrida podem passar a contar com mais estrutura no Ecoparque Abolicionista Luís Gama. O vereador Zé Antônio (PL) é autor de Indicações que pedem à Prefeitura a construção de uma pista de velocidade (atletismo) e a implantação de um projeto permanente de corrida na área de lazer.

Bem-estar

O parlamentar explica que a intenção é de que a pista seja utilizada para treinamentos e competições. "Queremos que Resende conte com um espaço adequado para a corrida, contribuindo para a promoção da saúde, o bem-estar da população e o desenvolvimento de atletas dessa área. Precisa ser incentivado", comenta.

Ação pedagógica

Em paralelo, Zé Antônio também propôs ao governo municipal a implantação de um projeto permanente de corrida de orientação no parque, por meio de uma parceria entre Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), como ferramenta pedagógica.

Habilidades

A modalidade une atividade física, raciocínio lógico, tomada de decisão e contato com a natureza. "A implantação deste projeto no Ecoparque vai permitir que os estudantes desenvolvam, ao mesmo tempo, habilidades cognitivas e físicas, ampliando o aproveitamento daquele espaço de lazer", avaliou o vereador.



Relator do caso aponta fraude em orçamentos apresentados

Vereador de Valença pode ser cassado após decisão

Justiça nega recurso e constata improbidade administrativa

Por Ana Luiza Rossi

O Sindicato Estadual Profissionais de Educação Núcleo de Valença (Sepe Valença) veio a público informar que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) negou o recurso apresentado pelo vereador Salvador de Souza, o Dodo, e manteve a condenação por improbidade administrativa.

Segundo o relator do caso, o desembargador Marco Antonio Ibrahim, foi constatado que houve fraude nos orçamentos apresentados para justificar uma contratação de serviços jurídicos sem licitação pela Câmara Municipal, em meio a duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs): a do Lixo e a da Merenda Escolar.

Outro apontamento foi de que o serviço não era especial, ou seja, poderia ter sido feito pelo próprio corpo consultivo da Câmara, sem custos adicionais.

O Tribunal reconheceu a presença de dolo específico dos agentes públicos, afastando a tese de mera irregularidade administrativa. Como consequência, foram aplicadas sanções aos envolvidos, que incluem multa e cassação - apontou o Sepe.

O Correio Sul Fluminense contactou a assessoria da Câmara de Valença, para saber se ainda vão recorrer da decisão mas,

até o fechamento desta edição, por volta de 19h, não obteve retorno.

Na mesma publicação, a entidade sindical teria lembrado um suposto episódio envolvendo o vereador. Em uma tentativa de reinvidicação do reajuste anual junto à Câmara, a categoria teria sido impedida de utilizar a tribuna.

O vereador citado afirmou que "não precisava do voto dos educadores", em atitude de desrespeito aos profissionais da educação pública - afirmou o Sepe.

Reivindicações

Mesmo em meio a decisão judicial, a categoria ainda segue com as reivindicações acerca do reajuste de 3,5% na data-base de 2026, além do pagamento do retroativo de maio a dezembro de 2025.

O sindicato ainda solicita ao prefeito de Valença, Saulo Corrêa, que abra uma mesa formal de negociação, com definição de calendário e apresentação de proposta para o cumprimento integral dos direitos.

Negociar é um dever da gestão. Cumprir a lei é uma obrigação. A ausência de medidas efetivas compromete a valorização dos profissionais da educação e impacta diretamente a qualidade do ensino público oferecido à população - afirmou o sindicato, em nota.